

O Progresso Catholico

RELIGIÃO E SCIENCIA—LITTERATURA E ARTES

Condições da assignatura (sem brinde)

Por anno (Portugal e Hespanha) . . .	800 reis
Provincias ultramarinas, e União geral dos correios	1\$100 »
India, China e America.	1\$280 »

Editor e administrador

JOSÉ FRUCTUOSO DA FONSECA

Redactor

A. PEIXOTO DO AMARAL

Typ. de J. F. Fonseca—Picaia, 74

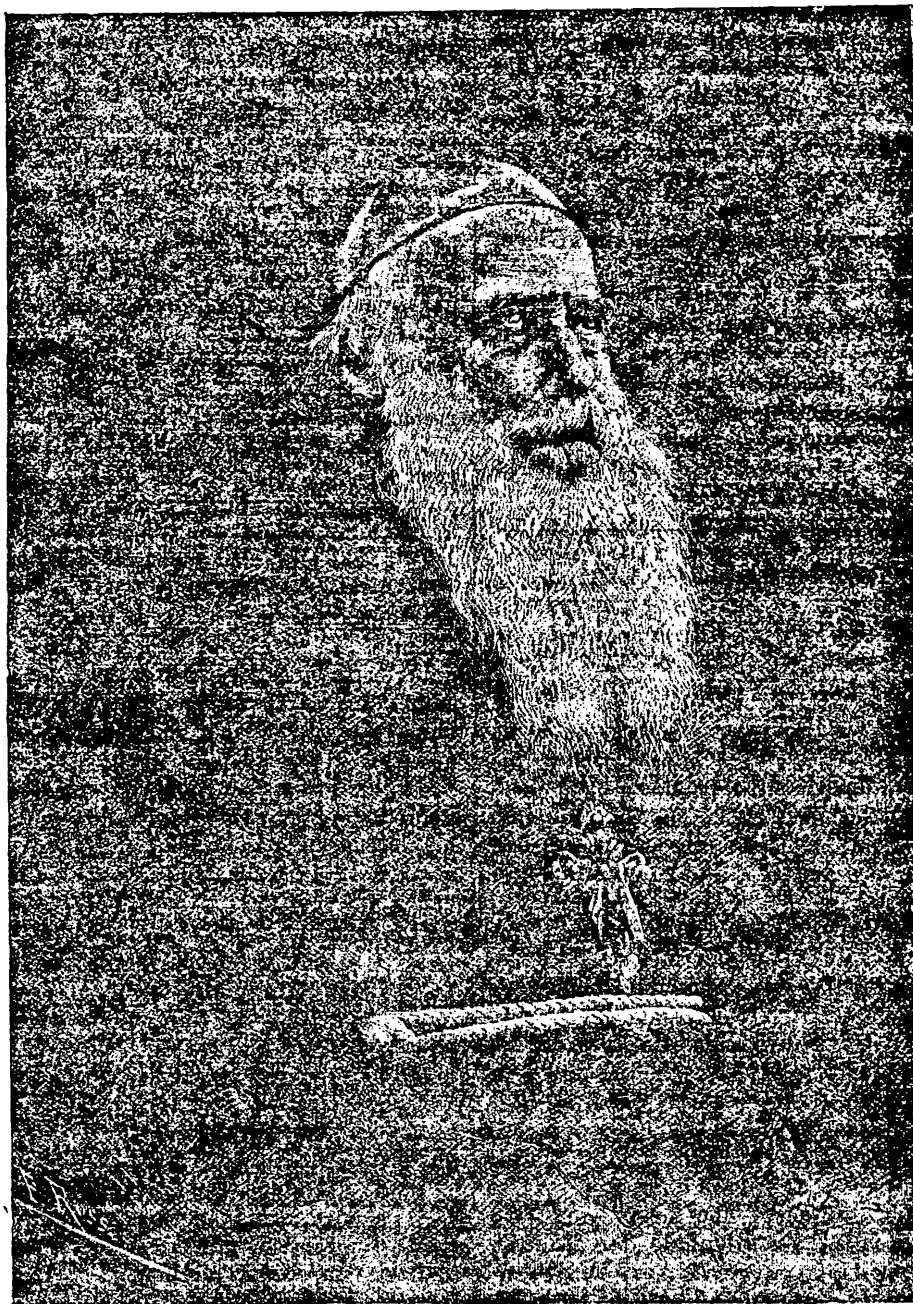
Condições da assignatura (com brinde)

Por anno (Portugal e Hespanha) . . .	940 reis
Provincias ultramarinas, e União geral dos correios	1\$300 »
Numero avulso	100 »

**SUMMARIO**

Devoção a Maria—SECÇÃO DOCTRINAL: *O des-
acato na Universidade*, pelo snr. A. Peixoto
do Amaral; *Carta do Episcopado portuguez
a Sua Magestade El-Rei*.—SECÇÃO BIBLIO-
GRAPHICA: *Um livro magnifico*, pelo snr. A.
Moreira Bello; *A Imitação de Christo*, pelo
snr. A.—SECÇÃO HISTORICA. *Convento e fre-
guesia de Mancellos*, pelo Rev.^{mo} Padre Jo-
sé Victorino Pinto de Carvalho.—SECÇÃO
LITTERARIA: *Crentes e descrentes* (romance
de propaganda religiosa) pelo snr. A. Peixo-
to do Amaral.—SECÇÃO ILLUSTRADA: *O Mis-
sionario*; *Jesus apparece aos discipulos*.—SEC-
ÇÃO NOTICIOSA—SECÇÃO NECROLOGICA.

Gravuras: *O Missionario*; *Jesus appare-
ce aos discipulos*.

**O Missionario**



DEVOÇÃO A MARIA

Mãe de Deus e Mãe dos homens

Pensae em Maria.—Quantos dias há, que meu Filho está no templo, como n'um ermo ou na solidão, sem que ninguém esteja deante d'elle, alem dos anjos! (De imit. B. M. V.)

Invocar a Maria.—Fazei, ó dulcissima senhora, que a nossa alma descanse n'este adoravel sacramento.—Ave Rosa que com o vosso suave perfume delicias o olfacto da nossa alma (Bern. de Bust.)

Alegrae a Maria.—Tendo summa veneração para com a Sagrada Eucharistia. «São especialmente amados de Maria. SS. aquelles que costumam sempre venerar este mysterio com humildade e amor». (De Imit. B. M. V.)—*Receita fiel, attenta e devotamente o Rosario de Nossa Senhora.*

SECÇÃO DOCTRINAL

O desacato na Universidade

TODOS os nossos leitores estão ao facto das vergonhosas scenas que se deram no nosso primeiro estabelecimento de instrucção superior, quando no dia 28 do mez findo se procedia na sala dos capellos a um doutoramento.

A nossa penna recusa-se a pormenorisar o facto, tamanho é o asco que toda esta questão nos metteu.

O que é certo, é que, quando o nosso illustre prelado o exc.^{mo} e rev.^{mo} snr. D. Antonio Barroso servia de padrinho a um doutoramento, uma minoria da academia começou a manifestar-se hostilmente. E subiu de ponto o desacato quando o digno vice-reitor quiz cohibir o infamissimo attentado.

Todo o corpo docente universitario reagiu contra o attentado dos discolos, sobressahindo o rev.^{mo} snr. Dr. Francisco Martins, que ali se achava e que actualmente está exercendo, em commissão, o cargo de reitor do lyceo central do Porto. O douto lente fez um discurso eloquente, engrandecendo o illustre prelado, e fazendo sobre-sahir os grandes serviços que nas regiões do

ultramar prestou á patria, á religião e á sociedade.

Mas que mal tinha feito o bondoso bispo do Porto, que todo o reino présa e estima á universidade de Coimbra?

Nenhum. O mal foi ter s. exc.^a rev.^{ma} sido um dos signatarios da carta dos prelados dirigida a El-rei, e ter sido elle quem a havia deposto nas mãos do presidente do Conselho de ministros.

E como a mocidade está actualmente sem educação, e como agora se eliminou os preceitos de civilidade nas cadeiras de instrucção primaria, e se recusou o ensino religioso nas aulas de instrucção secundaria, eis os resultados que se tiraram! Uma anarchia completa, uma falta de respeito, uma ausencia absoluta de educação!

Cá fóra, nos claustros, á porta, por toda a parte, os desatinados moços repetiram as manifestações, dando vivas á liberdade, e morras á reacção.

O eximio prelado foi acompanhado até ao trem pelo vice-reitor, e pelos lentes de todas as faculdades, que lhe foram prestar esse preito de homenagem, mas apesar d'isso os discolos ainda atiraram para a carruagem alguns exemplares de *manifestos liberaes*, urdidos e redigidos pelas chafaricas maçonicas.

Cahidos em si, da demencia d'energumenos de que se haviam deixado possuir começaram a pensar—e com milhares de razões—de que haviam de soffrer castigo. Era a consciencia que os estava accusando.

Começaram logo alguns dos mais salientes a perguntarem aos condiscipulos catholicos, se os tinham visto envolvidos na assuada, e quando recebiam resposta affirmativa, pediam logo que os não compromettessem.

Depois quizeram mostrar valentia, pedindo aos companheiros indifferentes, que os acompanhassem, tornando-se solidarios na manifestação. Como se os companheiros fossem tam tolos, que, agora, nas proximidades dos exames, quizessem comprometter o seu futuro, para se aggregarem aos discolos desordeiros que envergonharam o nosso primeiro estabelecimento scientifico, insultando um prelado, seu hospede, que durante annos, nos sertões d'Africa nunca vira corações negros, como viera encontrar na Europa civilizada!

Reuniu-se a academia. Houve varios conciliabulos. Trocaram-se telegrammas para differentes influentes politicos a pedirem protecção. Dirigiram tambem um a El rei e outro ao presidente do conselho de ministros. Mas a estes ultimos não pediram misericordia. Por uma famfarronada digna d'elles, pediram apenas *justiça*. Mas, no parlamento tendo o snr. deputado Oliveira Mattos, pedindo *tolerancia* para os desordeiros,

pois que tambem o snr. D. Antonio Barroso pediu que não houvesse *procedimento contra os culpados*, respondeu o snr. ministro do reino que haviam elles pedido *justiça*, e que lhe garantia que justiça seria feita.

Depois d'isso foi a Coimbra o snr. dr. Abel d'Andrade, director geral interino de instrucção publica, com quem uma commissão de estudantes foi conferenciar.

Em seguida, apparecendo na Lusa Athenas o snr. Dr. Pereira Dias, reitor da Universidade, (que tem estado ausente da commissão que exerce), accerrou-se d'elle logo uma grande commissão de estudantes, sollicitando benevolencia para os collegas culpados.

São tudo basofias, tudo fanfarronadas... mas no fundo teem medo.

Consta-nos que o processo está prompto, e que ha de fazer-se justiça.

Pela parte que nos toca, o *Progresso Catholico* lavra aqui o seu solemne protesto, contra a inqualificavel manifestação. Ha dias o nosso presado collega do *Correio Nacional* chamou *cafres* a uns garotos que apuraram dois sacerdotes em Lisboa, e logo um grupo de negros protestou contra a qualificação, porque disseram que os cafres não eram capazes de acções tam vis.

Nós o mesmo affirmamos.

A. PEIXOTO DO AMARAL.

Carta do Episcopado Portuguez a Sua Magestade El-Rei

Senhor!

Os bispos portuguezes julgam direito e dever seu, n'esta grave conjuntura, n'este momento historico da vida nacional, acercar-se do throno de Vossa Magestade e dizer o que pensam e o que desejam.

Será respeitosa como nos cumpre a nossa linguagem; mas será clara como a verdade e firme como a justiça, porque a verdade e a justiça nos inspiram.

Todos nós, Senhor, acatamos reverenciosamente o Augusto Chefe do Estado; todos respeitamos as instituições politicas, a que juramos fidelidade; todos somos leaes subditos de Vossa Magestade e devotados cidadãos portuguezes, como os que mais o sejam,—permitta-se-nos esta legitima ufania.

Amamos a patria e a liberdade;—em bem da patria e em nome da liberdade vimos perante Vossa Magestade, erigir nossas vozes inaguadas, e affirmar nossas convicções sineeras.

Deploramos os decretos de 10 de março ultimo e 18 de abril corrente,

attentatorios das liberdades individuaes e lesivos da independencia e dignidade da Igreja Catholica.

Deploramos a invasão do poder executivo nos dominios da consciencia religiosa e das leis ecclesiasticas, desconhecendo e postergando a auctoridade espiritual de que somos os lidimos representantes nas dioceses d'este reino.

Deploramos os excessos e as violencias com que foram expulsos de seus domicilios, por pertencerem a comunidades religiosas, homens inoffensivos e senhoras indefesas, que ali viviam á sombra do direito commum, sob a egide da Carta Constitucional.

A Carta Constitucional, Senhor, estatue no § 4.º do artigo 145.º que «ninguem pôde ser perseguido por motivo de religião, uma vez que respeite a do Estado e não offenda a moral publica».

Dir-se-ha então que offenderam a moral ou desrespeitaram a religião do Estado os membros de congregações religiosas recentemente expulsos de suas casas, em que pensavam ter um asylo inviolavel (§ 6.º do citado artigo)? Quando, onde, em que houve tal infracção? E se não houve offensa da religião ou da moral por parte das victimas, seria a perseguição d'ellas motivada por algum attentado contra o throno de Vossa Magestade, contra a segurança publica, contra as leis do reino?

Temos lido apenas, em alguns órgãos da imprensa periodica, mórmente nos desaffectedos á monarchia, accusações vagas, imputações sem prova, adrede architectadas e condimentadas para desvairar o espirito publico e concitar paixões odientas. Mas factos, factos criminosos, quem os aponta? Quem são os réos? Onde os tribunaes a quem foram levados? Quaes as testemunhas inquiridas? Qual o juiz que lavrou a sentença?

Tudo se fez tumultuariamente.

Invocaram-se, para fundamento, ou antes pretexto, d'essas medidas de excepção, decretos antigos, que haviam já tido execução completa, e por isso deviam julgar-se caducos,—decretos expedidos em tempos de luctas civis,—decretos draconianos, dictados pelo ardor de paixões politicas, quando a fumaçada da polvora de uma guerra fratricida não permittia ainda ver claramente os resultados d'esse radicalismo destruidor, que com um traço de pena derribou instituições seculares e prestimosas.

Não entraremos na apreciação juridica do valor legal e da vigencia d'esses decretos: o certo é que elles podiam em boa razão reputar-se, e muitos espiritos sensatos e esclarecidos os reputavam, obsoletos,—não só pela enorme differença entre as circumstancias da

actualidade e as d'essa epocha de convulsão politica, mas tambem pela força da pratica, pelo valor dos factos, que são o melhor interprete das leis.

Com effeito, Senhor, é sabido, como, sem que os poderes publicos podessem allegar ignorancia, os institutos religiosos iam resurgindo e florescendo em Portugal, diffundindo em torno de si e por variadas manifestações a sua acção benetica a cuja luz só os olhos de cegos voluntarios podiam cerrar-se.

Multiplicavam-se os institutos religiosos, tranquillamente... Ingenuos! Suppunham que sessenta e tantos annos de regimen constitucional teria já sufficientemente radicado na alma portugueza a verdadeira comprehensão da liberdade! Iludiram-se. O Governo (fosse qual fosse o partido que representasse no poder) não só negativamente, pelo silencio os consentira, mas até positivamente os animára com subsidios do thesouro para missões d'elles sabidas ou para obras, em seus edificios; e agora, a subitas impiedosamente os persegue e encerra; agora proscreve, fulmina as instituições e expulsa as pessoas, como se foram infames, scelerados ou feras perigosas!

Triste! Profundamente lamentavel attentado, que não podemos deixar de reprovar, não só como Prelados Catholicos, mas tambem como cidadãos portuguezes.

Porém, Senhor, ainda que em pleno vigor existissem leis de proscripção absoluta contra os institutos regulares, deveriam ellas serem revogadas por injustas e nocivas.

Injusta é toda a lei que contraria o direito natural: ora um dos direitos originarios, inalienaveis e inauferiveis do homem é o direito de se associar a outros homens para fins licitos e honestos. E que outros fins mais licitos e honestos podem conceber-se do que os inspirados pelo sentimento religioso, pelo acrisolado amor de Deus e do proximo, pela aspiração ardente á perfeição moral?

Permitir todas as profissões e modos de vida, excepto a vida por antonomasia chamada religiosa,—auctorisar todas as manifestações da actividade humana desde que respeitem os direitos alheios, e só impedir a expansão do sentimento religioso ao impulso da grande molla da associação—abrigar sob a tutela da lei todos os cidadãos, repellindo sómente aquelles que desejam consagrar-se d'um modo especial ao serviço dos interesses espirituaes e eternos—é uma flagrante injustiça e um ultraje á liberdade.

E é sob color da liberdade que se pretende justificar a perseguição e prohibição das ordens e congregações religiosas! Accode-nos involuntariamente á memoria aquella celebre apostrophe

d'uma innocente victima da revolução franceza: «Liberdade! quantos crimes se perpetraram em teu nome!»

Não só injusta, mas prejudicial ao bem publico é tal prohibição. Porque, Senhor,—mal pezar dos inveterados preconceitos de uns e da malevolencia obstinada de outros,—a verdade é que os institutos regulares, quer sob o ponto de vista religioso, quer sob o aspecto social, bem merecem applausos, affecto e gratidão.

São elles, em sua essencia a concretisação dos conselhos evangelicos; no Evangelho, na propria doutrina de Jesus Christo teem a raiz, são uma das modalidades mais caracteristicas da florescencia e da fructificação d'esta arvore colossal que se chama o Catholicismo.

O Catholicismo, na parte pratica, a todos os fieis impõe *Preceitos*, cujo cumprimento é obrigatorio; mas, além d'isso a algumas almas de eleição offerece *Conselhos* cujo seguimento é livre. E essas almas fervorosas que, calcando as suggestões do egoismo e as alliciações da sensualidade, voluntariamente abraçam com heroica abnegação a pobreza, a obediencia e a castidade são insignes bemfeitores do mundo, embora o mundo os desconheça, os despreze ou os persiga.

Fatigariamos demasiado a attenção de Vossa Magestade, se quizessemos tocar, por de leve que fosse, a historia dos beneficios que á humanidade tem prestado, e prestam as ordens religiosas,—desbravando e alumando os intindimentos das crianças e dos rudes, educando a puericia, agasalhando velhos, abrigando e guarecendo enfermos, alliviando misérias, cultivando terras maninhas, visitando encarcerados, repartindo com os indigentes o pão do corpo ao mesmo passo que lhes o destribuem do espirito, christianisando e civilisando os selvagens dos adustos sertões de Africa, das quasi impetráveis florestas da America, das remotissimas ilhas da Oceania.

Se quizessemos falar sómente das nossas possessões africanas e considerar apenas os vinte e sete annos, poderíamos contar dezenas de missionarios que lá perecem, victimas da sua dedicação admiravel e do seu zelo apostolico.

Mas, Senhor, não é mister que façamos perante Vossa Magestade a apologia das ordens religiosas: o esclarecido espirito de Vossa Magestade conhece bem a historia geral, e a particular do nosso paiz. Vossa Magestade sabe tambem que muitos vultos eminentes na litteratura, na sciencia, na politica, que não pôdem ser suspeitos de reaccionarios ou retrógrados, como Garrett, Castilho, Herculano, o Visconde de Seabra, o Duque d'Avila, Andrade Corvo, Luciano Cordeiro, passando em

silencio os nomes de alguns outros que felizmente ainda vivem, fizeram justiça ás ordens religiosas e reconheceram a sua utilidade e necessidade, especialmente para as missões ultramarinas.

Reconheceram-na muitos milhares de cidadãos portugueses, que não só agora, mas já anteriormente, teem reclamado a liberdade da associação religiosa.

Reconheceu-a o nobre Presidente do Conselho de Ministros de Vossa Magestade, já no relatório que precede o decreto de 18 do corrente mez, já no Parlamento, onde, não ha muitos dias explicitamente declarou, que as missões dos religiosos, quer sahidas dos Seminários, quer de institutos regulares, são um elemento imprescindível para a manutenção do nosso dominio colonial.

Parece tambem reconhecer-a o governo de Vossa Magestade no proprio diploma a que acabamos de nos referir.

O governo de Vossa Magestade declara que não quer *supprimir*, mas sim *regularisar* as comunidades religiosas.

E todavia são ellas pelo decreto feridas de morte—morte por inanição... O governo dá e nega, concede e recusa! Diz permittir para determinados fins e sobre certas formalidades a existencia das comunidades religiosas; mas tolhe o noviciado e os votos condições indispensaveis para que ellas subsistam.

Toda a milicia é impossivel sem recrutamento. Precaria e ephemera é toda a associação cujos membros se não podem renovar.

Diz se que o voto religioso é a abdicção da liberdade. Não! E' antes a suprema expressão d'ella.

Aquelle que com pleno conhecimento de causa, reflectida e voluntariamente, se obriga a obedecer ás regras sabias e salutaras e a Superiores que no exercicio de seus cargos tambem teem de sujeitar-se a essas mesmas regras,—ficando sempre intacta a obrigação de obedecer—antes a Deus que aos homens, e portanto exceptuado do voto tudo o que seja contrario á Religião e á Moralidade,—longe de abdicar da sua liberdade, aperfeiçoa; porque a liberdade é tanto mais pura e digna d'este nome quanto mais se conforma á lei da moral, e tanto mais legitima, quanto mais benefica.

E se houvesse aqui annullação da liberdade, existiria tambem no juramento de bandeiras, pelo qual o soldado promette defender a patria, até á effusão do sangue, até ao sacrificio da vida; existiria tambem na promessa de mutua fidelidade, que constitue o vinculo matrimonial, que só se quebra pela morte de um dos conjuges.

Proibir o voto considerado quanto á determinação intima da vontade, é um absurdo; porque esse phenomeno

psychico é incoercível, escapa á acção das leis humanas, passa-se inteiramente na esphera intangível da consciencia. O que a lei tem força para prohibir são solemnidades externas, o ceremonial dos votos e profissões religiosas. Mas desde que na sua essencia o voto religioso é licito, injusto seria a prohibição da fórma externa e accidental que o reveste.

Diz-se tambem que as ordens religiosas não são essenciaes á vida da Igreja. E' certo que sem ellas póde subsistir a Igreja, mas da igreja formam parte integrante; e ao mesmo tempo que são, como já dissémos, fructificação e producto, são tambem condição e factor da maior vitalidade d'este organismo.

Se legitimo fosse supprimir as ordens religiosas, por não serem indispensaveis para a existencia da Igreja, poderia pelo mesmo teor de raciocinar affirmar-se licita qualquer mutilação violenta praticada em um homem, uma vez que o membro amputado não fosse essencial á vida.

Os Prelados portugueses unidos em um só pensamento e em um só voto, tendo tambem unido a si o clero secular, que aprecia e ama o regular, desejam e sollicitam a plena liberdade da associação religiosa, em conformidade das leis canonicas, n'este reino cujos monarchas se condecoram com o titulo de «Fidelissimos».

E como querer os fins sem os adequados meios seria um contrasenso, desejamos e reclamamos que os poderes publicos, para serem logicos e coherentes, permitam o noviciado e os votos religiosos, embora sujeitos pelas leis ás condições que forem julgadas necessarias para se acantelarem abusos.

Abusos não os queremos, Senhor!

Se alguns casos realmente ocorreram (casos sporadicos sem duvida) em que houvesse abuso, somos os primeiros a condemnal os. Mas jámais foi logico inferir de occidentaes abusos de pessoas a necessidade de extinguir instituições em si boas e legitimas.

Não aspiramos a resuscitar o passado, não desejamos o regresso ao antigo regimen. Calumniosa e nescia é a affirmação de que alguém pense em reacender as fogueiras da inquisição, cujos excessos condemnaveis, cujas prepotencias infames devem antes ser attribuidas á indole dos tempos e á intervenção do poder civil, do que aos ministros da Igreja.

Não queremos senão o bem da Igreja e da Patria, não queremos senão a aliança entre a liberdade e a ordem, entre a religião e o progresso, entre a Igreja catholica e a sociedade civil.

A inquisição não resurgirá: é incompativel com as circumstancias sociaes e

políticas da actualidade; seria um anachronismo.

Não são porém anachronicas, não são incompativeis com a civilização moderna as ordens religiosas, que vivem e florescem, protegidas ou pelo menos em plena liberdade no seio das nações mais poderosas e cultas, algumas das quaes a religião official ou predominante não é a catholica,—como a Inglaterra, Allemanha, os Estados Unidos Norte Americanos.

Não são anachronicas as ordens religiosas nem incompativeis com as franquias e liberdades publicas: antes devem dizer-se tanto mais necessarias, quanto mais larga for a esphera d'essas liberdades, porque são um elemento de ponderação e de ordem, uma força conservadora. E ha quem as apode de perigosas! O perigo, Senhor, está noutra parte; a ameaça que impende, como o gladio temeroso de Damocles, sobre a sociedade, vem do referver dos odios sectarios e das paixões anti sociaes, vem do anarchismo, que não conhece nada respeitavel, nem sequer as fronte coroadas de régio diadema.

A historia imparcial tem provado a falsidade com que foi imputado o nefando crime do regicidio a alguns membros de ordens religiosas, mas o que a historia não pode occultar ou desmentir, é que são lamentavelmente verdadeiros e já bem numerosos os assassinos de monarchas, de presidentes de republicas, de estadistas, perpetrados nos ultimos tempos por homens sem crenças nem sentimentos religiosos, *por inimigos dos frades*. Lições bem dignas de séria reflexão!

Tudo está pois aconselhando que se não derribem, antes aproveitem, as instituições, que podem antepôr a suave efficaz influencia das doutrinas do Christianismo aos furores da demagogia e aos flagícios dos anarchistas. Desprezar este auxilio, destruir esta força não é só uma injustiça, é quasi um crime de lesa-sociedade.

Senhor! Este reverente desafogo de nossas consciencias e de nossos corações porque é que o trazemos aos pés do throno da Vossa Magestade, e não vamos levar o ao Parlamento, onde felizmente a lei nos concede logar e voz? Alguem poderá ver neste procedimento moderação excessiva, quicá timida deserção do nosso posto; mas a consciencia diz-nos que o inspira a prudencia, a dedicação ao bem publico, o amor da Patria. Suscitada a questão religiosa, sempre gravissima, sempre lamentavel,—sobre tudo no momento em que mais preciso se torna (como muito bem diz o relatório já mencionado) que todos, afastando dissidencias que conduzem á inimizade e á desordem ponhamo melhor do seu trabalho e esforço em resol-

ver outros problemas que tanto interessam á economia da nação»; — quando tantas dificuldades assoberbam a vida do paiz; — quando o espirito publico se acha em uma excitação agudissima, — quando os preconceitos e as paixões dominavam, e talvez dementavam a alma popular — quando tantos perigos ameaçavam a ordem social, — a Voz do Episcopado, erguendo-se na tribuna parlamentar, no seio d'uma assembleia essencialmente politica, poderia, por muito serena e moderada que fosse, accender discussões acerbadas, e suscitar luctas funestas; poderia ser a faísca do incendio revolucionario e acarretar sobre a nossa patria, que tanto amamos, os horrores d'uma guerra civil.

Preferimos reclamar encarecidamente de Vossa Magestade protecção e amparo para os institutos religiosos, cuja vida anda tão estreitamente travada com a propria vida da Igreja, e cuja acção desafogada á sombra d'uma liberdade sem exclusivismos, e sob a tutela de leis justas e previdentes, pôde contribuir para o progresso moral, para a paz e prosperidade d'esta nação gloriosa, da qual é Vossa Magestade o symbolo augustissimo e o primeiro cidadão.

Lisboa, 23 de abril de 1901.

De Vossa Magestade
Subditos fieis e dedicados

- † JOSÉ, **Cardeal Patriarcha de Lisboa.**
- † MANOEL, **Arcebispo de Braga.**
- † AUGUSTO, **Arcebispo d'Evora.**
- † ANTONIO, **Arcebispo-Bispo do Algarve.**
- † GAUDENCIO, **Arcebispo-Bispo de Portalegre.**
- † MANOEL, **Bispo Conde.**
- † JOSÉ, **Bispo de Vizeu.**
- † ANTONIO, **Bispo de Lamego.**
- † JOSÉ, **Bispo de Bragança.**
- † ANTONIO, **Bispo do Porto.**

SECÇÃO BIBLIOGRAPHICA

Um livro magnifico

Com a maxima satisfacção annuncio aos amantes de boas e sãs leituras que já se acha publicado o tomo primeiro do *Vieira Prégador*, obra opulentissima do rev. Snr. Padre Luiz Gonzaga do Valle Coelho Pereira Cabral.

N'uma epocha em que saem a lume tantas ninharias e são pregoadas em todos em tons pelos louvaminheiros da imprensa, mais ou menos membros da sociedade do elogio mutuo, caso é para ce-

lebrar-se a publicação d'um trabalho de largo folego e grande e incontestavel merecimento, embora passem sem o vêrem ou finjam não darem pela sua existencia os que a si proprios se condecoram com o pseudo-epitheto de *intellectuales*.

Deixal-os. A ausencia da sua opinião, favoravel ou contraria, nada fará, perder ou ganhar ao merecimento do livro, que sem exagero pôde dizer-se enorme.

E' realmente, como o sub-intitula o eminente auctor, um estudo philosophico da eloquencia sagrada segundo a vida e as obras do grande orador portuguez, mas estudo profundo, lucido, ameno e altamente proficuo, constituindo uma das obras mais prestantes, admiraveis e attrahentes que ha alguns annos teem vindo á luz da publicidade.

Em que pese á pequenez, á inveja e ao espirito anti-christão, as mais altas capacidades portuguezas e estrangeiras, antigas e modernas, elevaram o grande patriota e grande jesuita á primeira plena como estylista e como orador sagrado.

Mas como que alguma coisa faltava para pôr em toda a sua luz as gemmas preciosas das suas virtudes, e os rutilos diamantes da sua portentosa eloquencia. Ou muito me illudo, ou essa nobre tarefa estava reservada ao rev.^{mo} Gonzaga Cabral, e é plenamente preenchida pela sua brilhante penna, animada pelo seu privilegiado talento e guiada pelo seu muito saber.

Liamos Vieira, admiravamos tantas riquezas e fulgurações de genio e de estylo, e ficavamos deslumbrados; e esse mesmo deslumbramento como que nos estorvava de vermos todos os incomparaveis thesouros que encerram as suas obras. O snr. P. Cabral penetra afoitamente n'essa mina esplendida, arranca todas as joias mais radiosas e de mais elevado preço, apresenta-as em toda a sua formosura e pureza aos

olhos do leitor, e faz d'ellas outras tantas licções preciosissimas, já de virtude, já de amor patrio, ora de arte sublime, ora de fundas sciencia.

Não tenho pois razão sobreja para qualificar de opulentissima a sua obra? Não é um livro vulgar, de nullo ou negativo valor, como muitos que por ahi enxa-meiam, e que se lêem, quando não com enfado, sem fructo, se é que não envenenam a intelligencia. O *Vieira Prégador*, pelo contrario, prende, encanta, instrue e edifica, predicaos que o tornam um trabalho apreciabilissimo.

Graças a Deus, que a visivel decadencia das lettras patrias não é completa! N'essa cerração que se approxima das trevas da noite, ainda refulgem astros aureos e rutilantes como o livro de que me occupo.

Nem a parte material desdiz n'elle da parte intellectual. Este primeiro tomo, nitidamente impresso em optimo papel, é ornado d'um bello retrato em phototypia do Padre Antonio Vieira no pulpito, no acto de prégar, desenho accurado do snr. José de Brito, professor da Academia Portuense de Bellas-artes. Posto que completamente leigo na materia, creio que o illustre professor foi felicissimo na sua concepção, dirigindo-se pela razão e pela tradição historica, como se mostra extensamente no primeiro appendice do livro.

Recommendar eu este seria mais que ocioso, visto como tem a approvação do ex.^{mo} e rev.^{mo} snr. D. Antonio, Bispo do Porto, que o recommenda a todo o clero da sua diocese, e sobretudo áquelles que se dedicam á eloquencia sagrada.

Seja-me unicamente permittido accrescentar, que a leitura d'este precioso livro será utilissima não só a todo o clero portuguez, senão tambem a todos os leigos que sejam «amigos e cultores das lettras patrias», aos quaes tambem o dedica o sabio auctor.

Ao benemerito edictor mil parabens!

A. Moreira Bello.

A imitação de Christo

Qual é o catholico que não tenha lido sequer ao menos alguns capitulos d'essa admiravel obra, que só tem por superior a *Biblia* que foi inspirada pelo Espirito Santo?

Se alguém ha que ignore a sublimidade d'essa obra, que não tem rival sobre a terra, tem agora ensejo opportuno de a adquirir, pois que acaba de ver a luz publica uma nova e esmeradissima edição, que é tudo quanto de mais fino se pôde vêr.

E para comprovar o que affirmamos, basta dizer-se que foi vertida e cuidadosamente confrontada pelo original latino, pelo distinctissimo escriptor catholico o Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Snr. Padre Manoel Marinho. Dizendo isto, está dito tudo.

Mas mais do que nós poderemos dizer, dil-o a penna competentissima do Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Dr. Conego Coelho da Silva, dignissimo Provisor e Vigario geral da diocese, que lamenta não ter o auctor acompanhado toda a obra d'umas bem elaboradas e illucidativas notas que acompanham alguns capitulos do prestigioso trabalho — na informação que ao respectivo prelado deu o notavel jurisconsulto e douto lente do nosso seminario diocesano.

E, posto que houvesse ainda alguns exemplares d'essa mesma obra, vertida pelo Ex.^{mo} Conde de Samodães, e não poucos da edição do presbitero José Ignacio Roquete, não se imagina a procura que tem tido esta novissima edição, tal é o seu inegavel merecimento!

Cremos que, para uma segunda edição, dará o auctor todo o preciso desenvolvimento ás suas importantes notas.

Além d'isso é irreprehensivel o bem acabado do trabalho typographico, a belleza das gravuras,

e a superiosidade do papel, pelo que tudo damos os parabens ao incansavel editor catholico e nosso bom amigo o Snr. José Fructuoso da Fonseca por mais este novo florão para a sua corôa do propagador do bem.

Pela parte que nos toca, agradecemos o exemplar com que foi brindada esta redacção.

A.

SECÇÃO HISTORICA

Convento e freguezia de Mancellos

Extracto das Pastoracs e Provisões

Portaria de 9 de Janeiro de 1822, em que o Prelado diz estar persuadido serem mui poucos os parochos que levavam salarios pelo baptismo dos expostos, entretanto insiste em que tal abuso se desterre inteiramente, bem como se lavrem assentos de obitos dos expostos, o que muitos não faziam.

Manda tambem positivamente, que os parochos não só á Estação que forem a seus freguezes mas sempre que se lhes proporcionar occasião — expliquem a Constituição politica da Monarchia; os bens que d'ella resultam já e os que hão de resultar para futuro; quaes são as vantagens do Governo representativo, os melhoramentos que com elle estam connexos, e bem assim as utilidades que á Nação tem vindo de muitas sabias providencias, que as Cortes Geraes Constituintes tem dado; e que peçam instantemente a Deus Nosso Senhor que as illustre e a El Rei, para que em paz se conclua esta obra maravilhosa que, atrahindo sobre nós as bênçãos do Ceu, nos trará egualmente os bens da terra.»

Ora vejam que Evangelho eram os parochos *positivamente* obrigados a explicar ao povo!...

Portaria de 2 de Março de 1822, a respeito da permissão, por seis annos, de comer carne, ovos e lacticínios nos dias de abstinencia, com certas excepções e condições.

Circular de 30 de abril de 1822, de D. José Vaz Pereira, Bispo de Canhes e Vigario Geral do arcebispado, remetendo uma Portaria do Arcebispado D. Frei Miguel da Madre de Deus, em que publica uma Portaria e um officio recebido do Governo.

Na primeira remette o governo exemplares d'uma Homilia do Santo Padre Pio VII, quando Cardeal e Bis-

po de Imola, e d'uma Homilia constitucional, composta pelo Prior de Messejana, para instrucção do povo rude, recommendando a Sua Ex.^a Rev.^{ma} que mande explicar estes escriptos pelos parochos.

No officio diz Manuel Marinho Falcão da Costa que, constando a S. M. terem muitos pregadores pregado doutrinas contra a ordem de coisas existente, mande elle arcebispo que taes factos se não repitam.

Em consequencia destas ordens, não tem outro remedio o pobre do velho arcebispo, senão tecer ou mandar tecer, outra enfiada de elogios bombasticos ao novo systema, pintando-o como o regenerador e salvador do paiz!...

Pobre santo velhinho! Que figura te obrigaram a fazer!...

Circular de 6 de maio de 1823, em que os governadores da diocese, obedecendo ao que lhes foi ordenado em uma Carta de El-Rei, mandam aos parochos que passem certidões do registo parochial, sem despacho do Ordinario, para evitar os graves incommodos que resultavam aos povos de ter de requerer.

Por esta ordem revogam o Titulo 2.^o Constituição 8.^a n.^o 3, naquillo que for opposto á execução das reaes ordens.

E que em relação aos assentos, que devem conservar-se em segredo, e de cuja publicação possa resultar escandalo e prejuizo, os parochos só passam certidões aos proprios interessados.

Circular do Vigario Geral, de 21 de Junho de 1823, communicando que pelos Governadores do arcebispado lhe fora dirigida uma exhortação, cuja historia é a seguinte:

Tinha-lhes sido dirigida em nome de El-Rei, uma exhortação, datada de 15 de março de 1823 em que, lembrando que o terrivel exemplo de perjurio, dado pelo conde de Amarante (Governador das Armas em Traz-os-Montes, que se revoltou em Villa Real, no dia 23 de fevereiro, dia da procissão do Senhor dos Passos) podia illudir alguns incautos, manda ao arcebispo ou a quem suas vezes fizer, que ordene aos parochos que instruem os fieis, sobre o horror que devem ter a violar o juramento prestado á Constituição; os males que d'ahi lhes resultam, e que muito magoará o coração paternal de S. M., que tenha sectarios o detestavel exemplo de Villa Real.

Em harmonia com esta ordem real, os Governadores do arcebispado, sacrificando suas opiniões e vontades, em obediencia e respeito ás reaes determinações, expediram ordens que circulavam por toda a diocese.

Mas soando depois a voz de S. M.



Jesus apparece aos discipulos

livre de coacção, a que imperiosas circunstancias o tinham sujeitado, dissiparam-se os erros inculpaveis e invenciveis, e os enganos, com que o tinha illudido um governo intruso, tyrânico, dispotico, filho de uma facção rebelde, que pretendeu destruir a auctoridade do Rei, soberano independente, em nome do mesmo Rei!

Reconhecendo pois os Governadores que todas as ordens, publicadas em seu nome, tinham sido extorquidas, revogam, annullam e abolem essas exhor-

tações, e mandam que sejam tidas como nunca existentes, etc.

Esta circular foi publicada depois que o Infante D. Miguel, destruindo a Constituição dos Constituintes e proclamando seu pae Rei absoluto, em Villa Franca, em fins de maio de 1813, o libertou da tutella, e quasi carcere privado, em que o tinham os membros do governo.

Portaria de Sua Ex.^a Rev.^{ma}; de 5 de Outubro de 1825, em que ordena

aos parochos, que não assistam ao matrimonio de menores de vinte e cinco annos, sem expresso consentimento de seus superiores legitimos.

Falta no livro desta freguezia, mas existe no da visinha de Travanca, uma circular de 22 de Dezembro da 1825, em que o Prelado ordena aos parochos que, sendo-lhes pedidas pelas auctoridades civis ou militares, informações e esclarecimentos sobre a vida, conducta e costumes de seus freguezes em geral,

ou de alguns d'elles em particular, cuja conducta e costumes se tenham tornado suspeitos ás mesmas auctoridades, procedam logo á mais escrupulosa averiguação, se lhes for necessario, e enviem ás auctoridades sobreditas suas fieis relações e informações, com a exactidão e imparcialidade, que convem a seu character e estado.

E assim foram os parochos obrigados a ser malsins, de seus proprios parochianos!...

Com que vontade expediria o bom arcebispo esta ordem!...

Carta Pastoral de 18 de Junho de 1826, publicando o Jubileu do anno Sancto, por seis mezes, a principiar na data do Pastoral, concedido por Sua Santidade o Papa Leão XII.

E' longa e bem escripta.

Neste ponto foram arrancadas ao livro cinco folhas. E' pena que deviam conter coisas curiosas!...

No livro de Travanca nada foi archivado até 11 de Setembro de 1828.

Circular do Doutor Manuel Ramos de Sá, Vigario Capitular, Sede Vacante, datada de 11 de Setembro de 1828, em que diz que sendo a todos bem notorias as inevitaveis e importantissimas despezas, que tem feito a Real Fazenda, para salvamento da Religião e do Throno, que felizmente se acha a salvo da rigorosa tribulação e do naufragio, pelas sublimes virtudes, superior constancia, Alta Sabedoria e animo verdadeiramente real d'um Rei, em tudo o Primeiro, exhorta o clero a que concorra com seus donativos para ajudar a pobreza do thesouro...

Pastoral do mesmo Vigario Capitular, de 28 de Fevereiro de 1829, acompanhando exemplares da Bulla de Sua Santidade Leão XII contra as sociedades secretas, ás quaes Lettras Apostolicas o Muito Alto e Muito Poderoso Rei, o Senhor D. Miguel Primeiro, Nosso Legitimo e Natural Senhor, por sua excelsa Piedade e sincera Religião, como Defensor Perpetuo da Igreja, como Soberano Protector dos Canones, e como Rei sempre Fidelissimo, foi servido acordar Seu Real Beneplacito e Regio Auxilio, para que se publiquem e executem nestes Seus Reinos e Dominios.

E' Pastoral eloquente e bem escripta. N'ella renova a observancia dos que prescreverem o habito talar, prohibindo expressamente o uso de pantalonas largas por cima de botas; e egualmente as que se referem á catechese, que manda até seja feita nas Capellas, pelos respectivos capellães.

E conclue a notavel Pastoral pela seguinte exhortação:

E' muito louvavel a devotissima pratica usada em algumas Igrejas deste arcebispado, de rezar ou cantar o Rozario, Terço ou Coroa de N. Senhora; por isso não deixo de recommendal-a a todos os Reverendos Parochos, fazendo abrir, nas tardes dos Domingos e dias de Guarda, as suas Igrejas, convidando os povos para uma devoção, que se tem mostrado ser muito do agrado de Deus, por se entoarem os louvores de sua Santissima Mãe; por meio d'elles tem a Igreja triumphado dos seus maiores inimigos, e os portuguezes conseguiram grandes victorias, em quanto cheios de devoção se muniam com este sagrado Escudo para o combate.

Neste ponto foram arrancadas todas as restantes folhas do livro.

As que se seguem foram juntas pelo Parocho de então, João Lopes de Carvalho, e não estão numeradas.

O Reitor João Lopes era sincero partidario do systema constitucional; se archiou as Circulars expedidas durante o governo do Snr. D. Miguel, inutilisou-as, rasgando as folhas do livro, de motu proprio, ou por ordem superior.

No livro de Travanca nada existe archivado, até Fevereiro de 1833.

(Continúa.)

PADRE JOSÉ VICTORINO PINTO DE CARVALHO.

SECÇÃO LITTERARIA

Crentes e descrentes

Romance de propaganda religiosa

VI

Um duplo criminoso

(Continuado de pag. 106)

Quem n'essa mesma noite passasse por junto do jardim de S. Lasaro, veria passeando pelo passeio exterior, em frente ao Recolhimento das Orphãs, um desconhecido, cujo chapeo derrubado sobre o rosto mais contribuia para o disfarçar ás vistas dos transeuntes.

Esse desconhecido, depois de ter passeado por muito tempo, e de ter devorado mais de que fumado, um maço de cigarros, tal era a profunda agitação que mostrava, allongou mais um pouco o passeio, chegando até ao largo de Santo André. Ahi, parecendo ter tomado subita resolução, seguiu pela rua da Alegria, virou á rua Formosa, tomou em seguida pela do Bomjardim, e voltou pela do Estevão até cerca de meia rua e parou. Bateu então a uma porta.

Depois de algum tempo de espera, abriu-se uma janella, e uma voz feminina perguntou:

—Quem está ahi?

—Um seu creado,—respondeu o desconhecido. O snr. Luiz já veio?

—Ainda, não, senhor. Queria-lhe alguma coisa.

—Precisava muito de lhe fallar.

—Pois elle ainda não chegou—respondeu a voz feminina, fallando da janella—e bastante cuidado me está dando a demora. Se é recado que lhe deixe, diga quem é, e o que pretende.

—Muito obrigado. Eu só com elle é que desejo fallar. Mas falle-me francamente: elle está, ou não está?

—Ora essa! Então pensa que eu, que o engano?

—Bem; n'esse caso, temos conversado. Muito boas noites.

—Boas noites—respondeu a interlocutora, da janella.

O desconhecido seguiu em direcção ao largo da Trindade, e a mulher que lhe tinha fallado, quedou-se silenciosa á janella.

O homem parou em frente da Igreja. Davam n'esse momento onze horas.

A praça estava completamente deserta. Apenas se via um trem parado á porta da Assemblêa da Trindade, esperando algum socio, mais retardatario.

De repente ouviram-se passos do lado da rua do Laranjal e acto continuo, appareceu um vulto na extremidade da praça. Era um homem que seguia apressadamente.

Em breve chegou junto do primeiro.

—Ora até que final;—disse este mal o segundo homem sa aproximou. Ando á tua procura desde as 8 horas.

—Então que ha?—perguntou o recém chegado, fallando a custo. Ha alguma novidade?

—Algumas ha.

—Eu tambem trago serias apprehensões de que sou espiado. Já por trez vezes notei que era seguido por um homem que me persegue, e tenho andado a rodear a cidade, para ver se consigo que elle perca a pista. O melhor, se tens que me fallar, é vires a minha casa.

—Pouco é o que tenho a dizer-te,—disse o primeiro dos desconhecidos.

—Quer não, quer não—insistiu o outro visivelmente assustado. Vem d'ahi que eu não posso estar aqui parado.

Encaminharam-se os dois para a rua do Estevão.

Mal chegaram, porém, á esquina da rua, pararam novamente. E' que em frente da casa, onde o primeiro tinha estado a fallar, e que era a residencia do segundo, estava um homem parado.

Depois de leve indicação, em que os dois apenas se entre-olharam, sem terem todavia trocado a menor palavra, seguiram, affectando resolução.

Chegaram assim em frente da casa. O tal noctivago, que elles tinham visto

do principio da rua, desceu o passeio á sua aproximação.

Quando, porém, o segundo dos desconhecidos tirava do bolso uma chave de trinco e se preparava para abrir a porta, abeirou-se d'elles o terceiro desconhecido, e perguntou-lhes abruptamente:

—Qual dos senhores é o snr. Luiz de Carvalho?

E como nenhum d'elles respondesse:

—Já sei que é o cavalheiro,—disse ao segundo adventicio.—Conheço-o porque está abrindo a porta.

—Que é o que me deseja?—perguntou o interpellado, com indícios de máo humor.

—Que me acompanhe ao commissariado de policia.

Effectivamente era um agente da autoridade o terceiro dos interlocutores.

—Ora essa! Então o senhor prende-me?

—Tenho essa ordem.

—Então eu não posso entrar e descançar um pouco?

—Impossivel, cavalheiro—respondeu o guarda, collocando-se preventivamente entre elle e a porta.

—Então que crime commeti eu?

—Não posso estar a discutir esse assumpto, no meio da rua. Acompanhe-me e depois o saberá.

—Não; tenha paciencia—disse Luiz de Carvalho, querendo desviar o guarda d'entre si e a casa. Eu vou lá acima prevenir minha mulher.

—Isso não posso eu consentir-lhe—disse o guarda segurando tambem o seu interlocutor.

—Havemos de ver isso—contestou o Carvalho.

E, acto continuo, agarrou-se ao guarda, forcejando por o empurrar. Este apitou, e, como se fosse um lance de theatro, já ensaiado, appareceu uma patrulha, que vinha do Bomjardim.

(Continúa)

A. PEIXOTO DO AMARAL.

SECÇÃO ILLUSTRADA

O Missionario

(Vid. pag. 111)

Vejam os nossos leitores a respeitavel figura com que adornamos a primeira pagina d'este numero. Quem é esse venerando ancião? E' um missionario: quer dizer é um apostolo, que atravessa terras incultas e vae entre os proprios selvagens, ensinar a sublime doutrina do Evangelho.

Dizendo isto, está dito tudo.

Jesus apparece aos discipulos

(Vid. pag. 117)

Representa a nossa segunda gravura

d'este numero o assombro que os Discipulos mostraram, quando reconheceram o Divino Mestre. Vejam todos aquelles homens com as fronteas banhadas já pela luz do Espirito Santo, como são verdadeiramente formosos!

E o facto é que a doutrina que elles depois prégarão ainda hoje vigora, e ha de durar até á consummação dos seculos, porque Jesus Christo assim o affirmou, e a sua palavra ha-de forçosamente ser cumprida.

SECÇÃO NOTICIOSA

Uma visita

Fomos honrados no dia 13 do corrente, n'esta redacção, pela amavel visita do nosso presado amigo o snr. Manoel Francisco de Urgueira, (Germello) districto da Guarda. E' s. exc.^a um dos maiores propagandistas do nosso jornal, assim como das edições d'esta casa, e bastante o tem provado, com as aquisições que d'ellas teem feito. Ainda no proprio dia da visita com que nos honrou, algumas obras nos comprou, pelo que penhoradissimos, muito lhe agradecemos.

São poucos infelizmente os verdadeiros amigos da imprensa catholica, mas por felicidade ainda apparecem alguns.

Encyclopedia Portugueza Illustrada

Recebemos o fasciculo 113 d'este excellente dicionario universal, publicado sob a direcção do snr. dr. Maximiano Lemos, lente da Escola Medico-Cirurgica do Porto.

Comprehende 565 artigos que vão de *Chyricanéra* a *Cinnamos* e é illustrado com 15 figuras.

Continua a assignar-se este valioso dicionario universal em todas as livrarias e no escriptorio da empresa Lemos & C.^a successor, Largo de S. Domingos, 63-1.^o. Em Lisboa, são correspondentes os snrs. Belem & C.^a, Rua do Marechal Saldanha, 26.

A questão da Universidade

Depois de escripto e composto o nosso artigo principal, soubemos que o sur. vice-reitor da Universidade mandou para a direcção geral de instrucção publica o processo academico do desacato contra o nosso venerando prelado, afim de ser archivado por falta de provas.

Será verdade?

Tracção electrica

Devem ser feitas n'esta semana experiencias de tracção electrica, nos carros da Companhia Carris de Ferro do Porto, desde a estação da Boa Vista até Campanhã. Se o resultado fór bom, como tudo leva a esperar, o nos-

so presado amigo, e dignissimo gerente d'aquella companhia, o ex.^{mo} snr. Vieira de Castro, conta estabelecer definitivamente esse serviço, desde o proximo dia 26 do corrente, por occasião da romaria do Senhor de Mathosinhos.

Um alvitre justo

D'um nosso amigo e antigo assiguante d'este jornal, recebemos a seguinte carta, com cujo assumpto plenamente concordamos:

Snr. redactor:

Li ha dias nos jornaes, que a snr.^a D. Lucinda Ribeiro, a liberal publicista bracharense, que subscrive os seus artigos com o pseudonymo de *Violeta* se queixava que, desde que combate as instituições religiosas, tem faltado quasi por completo o trabalho a seu marido, que era um pintor notavel, antigo discipulo de Soler. E li tambem que um negociante que fornecia os generos de mercearia para uma instituição religiosa, recebendo mensalmente cerca de 100\$000 reis, deixou de os receber, por ter dito mal dos conventos, dos frades e dos jesuitas. E os jornaes censuravam este procedimento.

Nós achamol-o, pelo contrario, muito justo. Quem não é por nós é contra nós. Pois havemos de estar a ajudar a viver os nossos inimigos, favorecendo os impios, e havemos deixar morrer de fome, os que, como nós, amam a santa Igreja de Jesus Christo?

Eu até desejava mais. Não devia catholico nenhum consentir que lhe entrasse dentro das portas esses jornaes impios, que tanto mal fazem á religião, e tanto contribuem para a actual relaxação dos costumes. Eu, pela parte que me toca, já isso fiz ha muito tempo, e tenho feito propaganda para ser imitado pelos meus amigos.

Outra coisa tenho notado, que me tem causado extranhese. Porque será que alguns catholicos entregam a impressão das suas obras a typographias que não são catholicas, havendo ahi duas typographias catholicas, sendo uma d'ellas, a do meu amigo, que tam excellentes trabalhos tem feito? Nunca pude comprehender.

Desculpe este desabafo, e creia-me que sou

De V. etc.

A.

Tem muita razão, o nosso bom amigo. Mas que quer que se lhe faça, se os nossos catholicos são assim? Algum dia lhe conhecerão o erro.

Começam ás turras

A «Provincia» de quinta feira 2 de Maio, no seu artigo editorial, occupan-

do-se da *junta liberal*, recentemente installada em Lisboa, sob a presidencia do snr. conselheiro Dias Ferreira (o que dissera dias antes no parlamento, que a respeito de congregações, *nem pintadas*), atira-se contra as pretensões ao *penacho* do mencionado presidente, e suppõe que nada mais tem em vista do que impôr-se á corôa com o pretexto de ser o unico homem nas actuaes circumstancias.

Ora como a «Provincia» entende que isso seria tirar o poder aos progressistas, que já contavam com elle, dá, como se costuma dizer, *por páos e por pedras*, nada achando bom do que a dita junta possa fazer.

De forma que, tendo apresentado a dita junta o seguinte compromisso:

«1.º A assembleia não quer associações religiosas, nem sem licença, nem com licença da auctoridade.

«2.º A assembleia pugna tambem, pela liberdade de imprensa e pela liberdade de reunião, já pelo valor em si d'estas garantias liberaes, já poaque sem ellas não pôde a assembleia exercer com proveito publico a sua propaganda constitucional.

«3.º Empenhará egualmente todos os seus esforços para ser respeitada a liberdade pessoal do cidadão, o mais sagrado de todos os direitos do homem, e a que todos os outros direitos servem apenas de garantia.

«4.º Tambem reputa indispensavel a reorganisação do ensino em todos os seus ramos, assentado sobre bases as mais liberaes.»

Substitue-o immediatamente por este, que *se lhe affigura* mais racional, e menos sujeito a empalmar o poder aos progressistas:

1.º Queremos que os governos comprehendam que o paiz não tolera as congregações, e entendam que se lhes exige o cumprimento das leis e o acatamento da vontade nacional.

2.º Vamos estudar os meios seguros pelos quaes se alcançaria attender, sem os inconvenientes que se pretextam, as exigencias da opinião nacional, e havemos de os indicar aos governos para que os adopte, fazendo-lhes desaparecer o pretexto de irreductiveis difficuldades.

E conclue:

«Tudo o que não seja isto é improficuo, é tarefa de vaidade, prurido de declamação, ambição de obter corôas, palmas, louvores, ou, peor, ardil politico para conciliar sympathias politicas e fazer pensar ao chefe de Estado que ha homens capazes do governo que a conjunctura requer. Se o não é parece-o.»

E crêmos que tem carradas de razão, porque hoje em dia tudo se subordina á politiquice do costume.

Já na ante vespera (30 de abril), tinha dito o *Diario da Tarde*, em telegramma recebido de Lisboa, que os progressistas iam tratar da questão religiosa no parlamento, para apressar a queda do ministerio.

E que nos dizem aos *grandes liberáes*, aos patriotas, successores do marquez de Pombal, de Joaquim Antonio d'Aguar e d'outros que taes?

Quem os não conhecer, que os compre!

Ao «Commercio da Guarda»

No seu n.º 807 de 2 do corrente, diz-nos este nosso collega, que fomos mal informados na noticia que aqui publicamos, com referencia ao desacato soffrido pelo Rev.º Snr. Padre Antonio Paulos Pereira, pois que nem esse ecclesiastico é parcho d'Almeidinha, nem ali haveria quem fosse capaz de o insultar.

Em resposta, temos a dizer ao nosso collega, que, de tudo quanto disse apenas concordamos com o facto do snr. Padre Pereira não ser parcho de Almeida, mas sim de Castanheira, pois que foi lapso nosso dizer o contrario. Quanto á insolita aggressão, podemos affiançar-lhe que foi um facto, e se não publicamos o nome do aggressor, foi simplesmente por termos dó d'elle, e como caridade christã, pois que é possivel que ainda se emende e venha a ser um cidadão util.

Pode o collega informar-se com toda a freguezia de Castanheira, e de certo se convencerá de que é verdade quanto affirmamos, porque todos ali são unanimes em affirmar o facto, que ali causou geral indignação.

Descobertas portentosas

As *Novidades* publicam o seguinte:

«N'uma conferencia feita na Sociedade de Geografia por um dos nossos mais distintos e simpaticos officiaes de marinha, conta o conferente uma digressão que realisou nas regiões do Congo portuguez, saindo de Landana. E diz:

«N'uma curva do caminho, que seguíamos, marginado de «imbundeiros» seculares, um «moleque», com um pequeno volume á cabeça, ao ver-nos dirigiu-se a nós, saudando-nos... Foi extraordinario o nosso pasmo. O negro acabava de pronunciar irreprehensivelmente a seguinte frase:— «Bon jour, messieurs!»

«Não se concebe o effeito magico que estas tres simples palavras causaram em o nosso espirito desprevendo, ha-

bituados como estavamos a só ouvir falar portuguez no territorio, que reputamos portuguez.»

«O extracto d'esta conferencia vem publicado no «Portugal em Africa», órgão das missões portuguezas dos padres «du Saint Esprit» n.º 83, correspondente a novembro de 1900, pag. 538. Foi modernizada a publicação, para efficacia da propaganda, porque a conferencia é de 1880, e a viagem refere-se a 1876.

«A moralidade do caso é estã: os padres do «Saint Esprit» ensinavam tão proficientemente os negritos a dizerem — bon jour, messieurs — que um bello dia a Europa, reunida em conferencia diplomatica, e fundando-se n'esse e outros factos, poz-nos de lá para fóra, deixando-nos apenas o enclave de Cabinda, e dividindo o resto pelo Congo belga e pelo Congo francez. Então não foi *bon jour*; foi *bon soir*.

«São estes mesmos padres os que nós subsidiamos, e que temos aninhado em varios estabelecimentos, cá no continente. O «Portugal em Africa» é redigido pelo sr. dr. Quirino de Jesus, que nas horas vagas redige tambem o «Correio Nacional».

«Ora estarmos nós a subsidiar estes bons padres, que ensinam muito bem francez, para que um bello dia o dominio portuguez desapareça, lá parece ingenuidade de marca maior.»

Mas são tolos, ou não são? Então porque um preto, note-se bem que foi um preto, disse a phrase franceza: *bon jour, messieurs*, era motivo para tanto? Não podia ser esse preto creado d'algum padre francez, e que conhecesse a phrase simplesmente d'ouvido? E havia de ser porque um preto sabia falar francez (dado o caso que o soubesse), que «a Europa, reunida em conferencia diplomatica, nos pozesse de lá para fóra»? Essa agora é final!

E então em Portugal, que quasi toda a gente arranha francez, que ha tanto caixeiro que corteja as costureiras, perguntando-lhe em franciú mascavado: *comment se porte monsieur votre père?* — o que seria de nós se a França tal soubesse!

O' Pae da minha alma, o que ali não lia! Reuniam-se as potencias, circulavam notas diplomaticas, tremiam os arames com os telegrammas cifrados, e uma bella manhã accordavamos todos... *subditos* de Mr. Loubet.

Já é talento, pois não acham? O homem que descobriu a peste no Porto, que antes do Dr. Ricardo Jorge ter visto os bacillos, já elle os tinha lobrigado de Lisboa, por meio d'um telecopio-telegraphico da sua invenção,

chamando-nos depois os pestíferos do occidente, tambem descobre agora, que foi pelo unico facto d'um moleque falar francez, que a Belgica nos sorripou parte do nosso Congo.

E' um alho!

Sublimidade moral

Com esta epigrapha publica o *Diario da Tarde* de quarta feira 8 do corrente a seguinte noticia que traduziu do *Heraldo* de Madrid. E note-se que é um jornal jesuitophobo.

«Julgamos que já ha muito tempo se não assignala um rasgo de estoicismo de grandeza d'alma semelhante ao do padre francez Bruneau. Um telegramma de Paris acaba de nos noticiar até que extremo de resignação e de inteireza de caracter chegou esse martyr austero e crente. Falsamente accusado de ter assassinado o padre Fricot, arrojando o cadaver a um poço e lançando-lhe por cima travessas de madeira, afim d'evitar que viesse á flôr d'água, protestou que era innocente; mas foi condemnado á guilhotina e o povo, indignado pelo barbaro delicto, rodeava-lhe dia e noite a prisão, pedindo em alta grita a sua cabeça e entoando o *De profundis*.

Depois, em meio d'estas innarraveis torturas, proximo a soffrer uma morte affrontosa e horrivel, Bruneau, innocente, calou o nome do assassino, a quem conhecia, porque assim lh'o vedava o segredo da confissão. E subiu ao patibulo e foi decapitado! A creada de Fricot declarou agora, momentos antes de morrer, que fôra ella a auctora do crime, tendo-o confessado a Bruseau. E ali reaparece a tragedia, a cruenta *via crucis* d'aquelle martyr, cuja figura austera e sublime impõe respeito.

A personalidade d'esse sacerdote heroico e justo domina-nos agora como a incarnação d'um ideal altissimo: lapidado pela multidão, innocente, morrendo por outro, impavido perante a affronta e o martyrio, Bruneau é o representante mais sincero, o mais firme crente do Deus amoroso, do Deus de misericordia, do Christo crucificado, amando e perdoando na agonia. Por sobre as dôres e as luctas humanas, por sobre os odios e os rancores da terra, esses grandes espiritos lançam uma nova luz de paz e d'esperança.»

«Admiravel alma de sacerdote, como as gerações futuras te ficarão respeitando e como abençoarão a tua santa memoria!»

Ponham aqui os olhos os inimigos da Igreja, e vejam quanto o clero tem sido calumniado!

Moda Universal

Corre impresso o numero de Maio

da famosa publicação' MODA UNIVERSAL', cuja tiragem é de 30 milhões de exemplares que ao mesmo tempo se espalham em todos o mundo, mercê da iniciativa de uma Companhia de argentarios americanos, em que se interessou o nosso antigo collega Augusto Soares, hoje Director da Agencia Nacional, a mais bem montada Agencia do paiz.

A MODA UNIVERSAL d'este mez traz a costumada profusão de figurinos e modelos para senhoras e creanças. Como já temos tido occasião de dizer o preço da assignatura, por 1 anno é de 360 reis, ou sejam 30 reis o exemplar.

Chega a parecer phantastico que a troco de 30 reis, se possam dar 4 paginas recheiadas dos finissimos desenhos com que os figurinos são apresentados, mas não importa. A Companhia faz assim o reclamo aos magnificos moldes á medida do corpo, com que a Agencia Nacional tem feito uma revolução no mundo feminino.

O systema é pratico: a dama pega no jornal e sem se preocupar com o mais complicado feito do figurino que melhor lhe agrade, escreve para a Agencia Nacional mandando vir o molde que na volta do correio lhe chega ás mãos lestamente. E logo a dama corta em pessoa o seu vestido e o cose com a certeza de que o proprio molde a habilita a fazer obra catita.

E' ver como as Senhoras caem das nuvens quando sabem que se lhes proporcionam os meios de serem modistas de si mesmo, o que é o ideal de quasi todas: ricas ou não.

Pedidos á Agencia Nacional, Rua Aurea 178, 3. Lisboa.

Variaes Noticias

Por alvará do snr. governador civil d'este districto do porto, foram declaradas em abandono duas minas de chumbo na freguezia de Sobreira, conchalho de Paredes.

—O snr. ministro das obras publicas apresentou ha dias ás côrtes uma nova proposta ácerca da crise vinicola.

Por ella é o governo auctorizado a conceder, por um praso não excedente a dez annos, o direito exclusivo de preparar passas d'uvas, e concertar os mostos dos vinhos; mas essa concessão não póde aproveitar ao fabrico do vinho dentro das barreiras de Lisboa e Porto.

—Teve licença de trinta dias o snr. conselheiro Oliveira Monteiro, lente da escola medico cirurgica do Porto.

—Foi prorogado até 31 de corrente o praso para cobrança e respectivas reclamações da contribuição industrial do concelho dos Arcos de Val-de-Vez.

—Conta o *Seculo* de 5 de corrente, que na vespera foram apupados 2 padres

francezes, que desembarcaram no Terreiro do Paço e seguiram para a rua Augusta. Pelas alturas da Rua Nova do Carmo appareceu a policia que fez dispersar os manifestantes, fazendo por essa occasião 5 prisões, sendo 2 rapazes, vendedores de jornaes, e 3 estudantes. O mais curioso do caso, é que um d'estes ultimos se chamava Luiz Vaz de Camões Duarte Chaves! Seria successor do cantor dos *Luziadas*? Pois esse era christão e bom Catholico.

—Consta que deve ser no dia 18 de corrente o juramento do principe real, prestado ás cortes, devendo realisar-se um grande baile no dia 20.

—Emquanto que em Portugal se estão malsinando os prelados, chamando-lhes jesuitas e tudo quanto lhes lembra, chegando um furibundo *jornalista* lisboense a dizer «que se devia metter o cardeal-frade na penitenciaria», sabe-se que no dia 4 d'este mez houve no Rio de Janeiro uma imponentissima manifestação de apreço ao arcebispo d'aquelle diocese, a que compareceram cinco mil pessoas, sendo-lhe entregue uma medalha d'ouro e um album com 6:308 assignaturas. N'essa manifestação foram representadas as associações civis, religiosas e commerciaes, auctoridades, magistrados, officiaes de marinha e do exercito. O orador official foi o cathedratico da Polytechnica, snr. Getulio Neves.

—Foram condemnados á morte em Tien-tsin (China) um official e um soldado allemães, que assassinaram dois chinezes em Pan-tig-Tu.

—O commissario de policia, em Braga, mandou avisar todos os alquiladores, para que não conduzam em trens de praça os cadaveres das creanças para os cemiterios, visto que só poderão ser transportados em carros de armadores.

Objectos perdidos nas ruas de Londres em 1900

Segundo o *The Royal Magazine* o numero dos objectos que ficaram esquecidos nos americanos, omnibus e trens de praça de Londres durante o anno de 1900, ascende á frioleira de 39:551.

E' curiosa a classificação d'esses objectos publicada pelo mesmo jornal.

Figuram em primeiro logar 17:427 guarda-chuvas e 3:214 bolsas. As bolsas na sua maior parte foram perdidas por senhoras e entre ellas existe uma com 250 libras, que não foi reclamada.

Além d'estes contam-se 3:440 objectos de vestuario, 2:809 saccos de viagem, 876 bengalas, 763 binoculos de theatro, 200 capas de borracha, 5 pernas de pau, 17 barbas postigas, 45 chinós, 6 olhos de vidro e 23 dentaduras artificiaes.

Os objectos de valor extraviados ascendem a 1:210 e consistem especial-

mente em relógios, cadeias, pulseiras, anéis, brincos, etc. O seu valor é calculado em 10:000 libras.

SECÇÃO NECROLOGICA



Fallecimento

Falleceu no dia 2 do corrente, na freguezia de Colmeias, Leiria, o nosso antigo e prezado assignante, o snr. João Antunes Bumba, a cuja familia damos os nossos sentidos pesames, pedindo aos nossos leitores uma prece ao Todo-Poderoso para eterno descanso da sua alma.

ANNUNCIOS

José Joaquim d'Oliveira

PARAMENTEIRO E SIRGUEIRO

103, Rua do Souto, 105—BRAGA

Premiado nas Exposições Industrial Portuense de 1887, Industrial de Lisboa de 1888 e Universal de Paris de 1889

Fabrica de damascos de sêda e ouro, lisos e lavrados; paramentos para egreja; galões e franjas d'ouro fino e falso; setim e nobrezas para opas.

Esta fabrica já foi visitada varias vezes pelas Familias reaes Portuguezas.

IMITAÇÃO DE CHRISTO

NOVISSIMA EDIÇÃO

Confrontada com o texto latino e ampliada com algumas notas

PELO

P.^o MANUEL MARINHO

Approvada e indulgenciada pelo Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Snr. D. ANTONIO Bispo do Porto

Parecer dado pelo Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Snr. Conego Dr. Coelho da Silva:

Li attentamente esta nova edição da *Imitação de Christo*.

O que é a *Imitação de Christo*, um dos livros mais admiraveis, se não o mais util e admiravel sahido das mãos do homem, não é para aqui dizel-o.

Quanto á nova traducção e notas, o nome do Rev.^{mo} Padre Marinho é garantia segura de que esta obra é uma das mais perfeitas. Effectivamente a traducção foi confrontada com o texto latino, é fiel, concisa e intelligivel para todos.

As notas, que acompanhão os capitulos, são tales que algumas vezes parecem exceder o pro-

prio texto, e pena é que se não estendessem a toda a obra.

Porto, 10 d'abril de 1901.

CONEGO COELHO DA SILVA.

APPROVAÇÃO

Em virtude do parecer favoravel, dado pelo Rev. Conego Dr. Coelho da Silva approvamos esta edição da *Imitação de Christo*, e concedemos 40 dias d'indulgencias pela leitura de cada capitulo.

Porto e Paço Episcopal, 11 de Abril 1901.

† ANTONIO, Bispo do Porto.

PREÇOS

Em percalina	300
Em carneira com as folhas brunidas a vermelho	400
Em carneira com folhas-douradas	500
Em chagrin-douradas	900

Todos os pedidos acompanhados da sua respectiva importancia devem ser dirigidos ao editor José Fructuoso da Fonseca—rua da Picaria, 74—Porto.

O LIVRO DE TODOS

POR

O Abbade J. Berthier, M. S.

VERTIDO DA ULTIMA EDIÇÃO FRANCEZA

POR

A. PEIXOTO DO AMARAL

Preço: Broch., 600; enc., 700

Coroa do Coração de Jesus

Compõe-se de cinco dezenas em honra das Cinco Chagas de Nosso Senhor Jesus Christo. Cento, 600; avulso, 10 reis.

Flores a S. José

Meditações para o seu Mez

OU

Qualquer tempo do anno

COM

Exemplos apropriados, colloquios, etc.

Extrahidas das Sagradas Escripturas, Santos Padres, doutores da Egreja e outros eminentes auctores

E COORDENADAS POR

A. L. F.

Obra approvada e indulgenciada

Preço, enc. 200

Pedidos ao Editor Catholico José Fructuoso da Fonseca—Rua da Picaria, 74—PORTO.

A MÃE

SEGUNDO A VONTADE DE DEUS

OU

Deveres da Mãe Christã

PARA COM SEUS FILHOS

Vertido da 4.^a edição franceza a

POR

A. PEIXOTO DO AMARAL

Prefaciado por varios escriptores catholicos. Preço 600 reis.

Forma de se ganhar com especialidade a singular Indulgencia da Porciuncula.

Um folheto broch., 50 reis.

Está á venda o primeiro volume

Luiz Gonzaga do Valle Coelho Pereira Cabral

VIEIRA-PRÉGADOR

Estudo philosophico da eloquencia sagrada

Segundo a vida e as obras

DO

GRANDE ORADOR PORTUGUEZ

A obra constará de dois volumes em 8.^o grande, que comprehenderão ao todo umas 1.000 paginas, nitidamente impressas em excellente papel assetinado (*typo elzvir.*)

O primeiro volume é illustrado com um primoroso retrato de Vieira (phototypia da casa BIEL) expressamente composto para esta obra pelo distincto professor de desenho historico da Academia Portuense de Bellas-Artes, o Ex.^{mo} Snr. José de Brito.

O numero de exemplares d'esta obra é limitado.

Preço dos dois volumes:

Por assignaturas (*paga adiantada*). 15600 réis
Avulsos 25000 réis

Assigna-se e vende-se em casa do editor José Fructuoso da Fonseca, rua da Picaria, 74.

Os pedidos que não venham acompanhados da sua importancia não serão satisfeitos.